

Instituto de Ciências da Educação – Universidade Federal do Pará
Revista Ver a Educação, Belém, n. 1, ano 2025

O Movimento Docente na Universidade Federal do Pará: contra-poder frente à razão do Estado?¹

Vera Lúcia Jacob Chaves²

Considerações iniciais

Este estudo tem por objetivo analisar a atuação do Movimento Docente (MD) organizado na UFPA no período de 1979 a 1994, no que tange às reivindicações e às conquistas locais.

Ao resgatar o processo de organização e luta dos intelectuais universitários, constata-se que o Movimento se constitui em resistência (contra-poder) à razão do Estado e definiu políticas educacionais para a Universidade em âmbito local e nacional.

Partimos da idéia de que as políticas para a educação superior são formuladas através de uma relação conflituosa estabelecida entre o Estado e outras forças sociais que compõem a sociedade brasileira. Dentre essas forças sociais, destacamos o Movimento Sindical dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. A intenção foi a de investigar se as ações político-ideológicas desenvolvidas pelo MD têm buscado construir um outro projeto de Universidade, que contribua para a formação de uma nova hegemonia, contrapondo-se ao projeto de Universidade Escolarizada, defendido pelo Governo Federal.

Este estudo se situa no âmbito de uma análise histórico-político-sociológica e não se alarga para uma análise macroeconômica por razões de limitação do tema/problema e do interesse da investigação. Respalda-se nas categorias gramscianas de Estado, intelectuais e hegemonia e no conceitos de Poulantzas sobre poder.

A pesquisa foi subsidiada por dados coletados em fontes primárias (14 entrevistas depoimentos com base em roteiro semi-estruturado adaptado de acordo com o desenrolar das

1 Dissertação defendida no dia 29/11/1996, junto ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Educação da UFPA, Mestrado em Educação: Política Públicas, sob a orientação da Dra. Maria Cecília Pinto Pires.

2 Doutora. Universidade Federal do Pará. Belém-Brasil. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3128-3659>. E-mail: veraluciajacob@gmail.com.

mesmas) e secundárias (documentos existentes na ADUFPA e na UFPA como: atas de assembleias, levantamento estatísticos, jornais, boletins e revista, considerados relevantes para o estudo).

O desenvolvimento do estudo

Compreendemos que a Associação dos docentes da UFPA (ADUFPA) integra um Movimento Nacional, tendo suas ações pautadas em consonância/dissonância com as deliberações definidas nacionalmente nos Congressos e Conselhos Nacionais das Associações dos Docentes (ADS). Dessa forma, procuramos construir o perfil do Movimento Docente organizado em âmbito local estabelecendo relações com o Movimento Nacional. Para tanto, analisamos a atuação do MD desde o seu surgimento, considerando: as suas lutas e propostas, os conflitos com a política desenvolvida pelo Governo Federal, as relações estabelecidas com os servidores e os estudantes, as relações com a reitoria, os atritos internos do próprio MD, as greves e seus resultados.

O trabalho foi estruturado em quatro capítulos. O primeiro, introdutório, trata das origens do trabalho, da problemática, dos objetivos e da metodologia utilizada no desenvolvimento do estudo.

O segundo capítulo, denominado de *O Estado e as relações de poder*, trata dos aspectos teóricos da pesquisa, onde procuramos discutir as categorias gramscianas: Estado, intelectuais orgânicos e hegemonia com o objetivo de subsidiar as análises sobre o objeto de estudo.

O referencial teórico gramsciano e os conceitos de Poulantzas sobre a questão do poder foram priorizados por possibilitarem a compreensão que a Universidade, enquanto aparelho de hegemonia, constitui-se também um espaço de contradição de classes, onde se trava uma verdadeira luta ideológica em que o “velho” e o “novo” coexiste em campo de conflito. Conflito este decorrente dos conflitos da sociedade civil.

Consideramos como “luta ideológica” o conflito existente entre o Movimento Docente organizado por meio do seu sindicato Nacional (ANDES) e o Governo Federal, representado pelo seu interlocutor – o Ministério da Educação (MEC). A ANDES defende um projeto “progressista” de “Universidade pública, gratuita e de qualidade” que atenda aos interesses da população, enquanto o MEC defende a manutenção do “conservadorismo”, ou seja, o domínio político-ideológico da elite burguesa brasileira, hoje com a vestimenta do liberalismo.

Iniciamos o capítulo discutindo a concepção de Estado em que Gramsci amplia a concepção de Estado, que em Marx está ligada à divisão da sociedade em classes como “todo o conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não somente a sua dominação, mas também consegue obter o consenso ativo dos governados” (Gramsci, 1988b, p. 87).

Gramsci amplia a concepção de Estado, que em Marx está ligada à divisão da sociedade em classes, acrescentando novas determinações. Para ele, o Estado é produto de uma correlação de força, não atendendo apenas aos interesses da burguesia como também da classe trabalhadora, porque precisa da hegemonia. O que garante a permanência dos interesses do Estado é, portanto, uma situação de equilíbrio de forças, mantidas pela coerção ou através de um ação político-ideológica que garanta um consenso.

Em sua formulação, o Estado é visto não somente em sua função coercitiva, mas como um mecanismo que estabelece o equilíbrio entre os interesses da sociedade política com a sociedade civil, garantindo, dessa maneira, a hegemonia ou a direção de um determinado grupo social sobre a sociedade nacional inteira.

Concluimos que o Estado Nacional é marcadamente ideológico e substancialmente econômico, estabelecendo-se pela capacidade que tem de persuadir, de seduzir e não apenas de coagir. Para isso, utiliza seus aparelhos ideológicos, dentre eles a Universidade, a fim de conquistar a hegemonia.

Em seguida, refletimos sobre o papel dos intelectuais na formação da hegemonia, que, para Gramsci, têm por função homogeneizar a classe que representam, exercendo a direção ideológica e política de um sistema social. O que caracteriza o intelectual orgânico é sua adesão ao grupo social a que se vincula, em função do modo de produção. Assim como a classe dominante conta com seus intelectuais burgueses, a classe dominada firma aliança com grupos de intelectuais orgânicos que se colocam a seu serviço. Isto não significa que, necessariamente, os intelectuais originam-se diretamente da classe que representam, mesmo porque a maioria deles é oriunda das classes auxiliares à classe dirigente. É essa “autonomia” dos intelectuais em relação à classe originária que contribui para romper com o vínculo orgânico que os ligava a ela, denominado por Gramsci de crise orgânica.

Para Gramsci, existem diferentes categorias de intelectuais: o tradicional, que é reacionário, conservador, não deseja mudanças e que está vinculado a interesses do modo de produção já ultrapassado. O eclesiástico, que é o tipo mais característico desta categoria intelectual. O revolucionário, que é o que luta pela revolução, trabalha por ela, está ligado à classe trabalhadora.

As observações sobre os intelectuais tradicionais e orgânicos, os grupos tradicionais que se separam e tentam conquistar sua autonomia e as diferentes formas de assimilação dos intelectuais tradicionais por parte dos novos grupos dominantes, movem-se todas no interior do critério da análise histórico-política empreendido por Gramsci – o da identificação entre a direção e a hegemonia política, na análise do Estado.

Para ser criado um novo sistema hegemônico é necessário que as classes subordinadas estejam organizadas no sentido de construírem a sua própria direção política e ideológica, antes da exploração

da crise. A conquista da direção político-ideológica e consenso de grande parte da população, denominada por Gramsci de guerra de posição, implica um consenso ativo, organizado e participativo, como também unidade da diversidade, isto é, um movimento dialético e democrático.

O rompimento das classes subalternas com a ideologia dominante se dá através da aquisição da consciência de classe. Isto implicará a criação de seus próprios intelectuais orgânicos, a absorção dos intelectuais das camadas aliadas e o desenvolvimento de seu sistema hegemônico.

A conquista da hegemonia passa pelos diferentes momentos da relação de forças. A questão da hegemonia não aponta apenas para a formação de uma vontade coletiva, capaz de criar um novo aparelho estatal e de transformar a sociedade. Aponta, também, para a difusão de uma nova concepção de mundo. É na luta pela hegemonia de uma classe sobre a outra, que ganha importância o reconhecimento das organizações ditas privadas da sociedade civil: a Igreja, os Sindicatos, as Escolas, etc.

Gramsci destaca a importância das instituições educativas à medida que a escola pode se constituir num instrumento auxiliar de elaboração da hegemonia das classes subordinadas, antes da conquista do Estado. Em relação às Universidades, é dado um papel fundamental na formação da consciência crítica, podendo emancipar os sujeitos do domínio ideológico da classe dominante e assim contribuir para a construção de uma nova concepção de mundo.

No terceiro item do capítulo, procuramos refletir sobre as relações de poder e sua efetividade dentro do Estado, através do referencial teórico gramsciano e dos conceitos de Poulantzas sobre poder.

Afirmamos que qualquer grupo que aspira ao poder precisa atrair intelectuais, a fim de fortalecer a sua hegemonia. Para compreender a questão do poder em Gramsci é necessário discutir a posição dos intelectuais na esfera da política e a importância da sua atuação para a conquista da hegemonia. Os intelectuais têm a função de dar a direção política e ideológica ao bloco histórico, pois são eles que elaboram a ideologia da classe dominante, transformando-a em concepção de mundo que impregna todo o corpo social.

Os “proletários” podem construir sua hegemonia e aspirar à direção da sociedade produzindo seus próprios intelectuais. A estratégia de Gramsci consiste em estabelecer organizações da classe trabalhadora que, através de seus intelectuais orgânicos e seus aliados, possam criar e difundir uma nova concepção de mundo, desenvolvendo seu próprio sistema hegemônico e rompendo com o bloco ideológico das classes dominantes.

Destacamos que, na análise de Poulantzas sobre a questão do poder, a luta de classe tem papel fundamental, ultrapassando o poder do Estado, à medida que o seu campo de atuação é das relações de poder, relações estas que estão presente tanto na exploração econômicas como nas relações político-ideológicas de domínio.

De acordo com Poulantzas, a política do Estado é definida a partir das contradições de classe e frações hegemônicas do bloco de poder que, divididos em redes e trincheiras diferentes, representam interesses divergentes. Neste sentido, compreendemos que as políticas educacionais para o Ensino Superior são atravessadas pelas lutas de classes e definidas a partir do jogo dessas contradições de classes.

No terceiro capítulo, revisitamos a História da Política Educacional para a Universidade, situando a criação da Universidade Federal do Pará e a organização dos intelectuais universitários e seu projeto político para as Universidades. O debate travado entre o Movimento Docente e o Ministério da Educação sobre alguns temas como a autonomia e a avaliação foram incluídos, com o objetivo de buscar a compreensão e elucidar a definição desta política e as ações político-ideológicas que a permeiam.

Compreendendo que a política educacional é parte das políticas sociais, iniciamos o capítulo fazendo um esclarecimento preliminar sobre como essas políticas têm sido definidas no Brasil. Assim, procuramos apresentar um panorama geral da situação da educação no Brasil, que é consequência das políticas desenvolvidas para o setor pelos Governos Brasileiros, legítimos representantes dos interesses das classes dominantes no país e defensores da ideologia liberal. O estudo evidenciou que as políticas sociais desenvolvidas pelo Estado brasileiro são caracterizadas por práticas assistencialistas e clientelistas e pela privatização dos serviços sociais básicos, como a educação e a saúde, intenção presente na lógica do capital, dirigido pelo fenômeno da globalização.

Em se tratando das políticas educacionais para as Universidades Públicas, o Estado brasileiro tem-se pautado pela ação intervencionista, procurando manter o controle político e jurídico, através de leis, decretos, medidas provisórias e da utilização do poder controlador do MEC e do Conselho Federal de Educação, limitando a autonomia das Universidades mesmo estando “garantida” na LDB de 1961 e na Constituição Federal de 1988. O Estado brasileiro cumpre uma função gerencial efetivada por uma ação intervencionista.

No que tange à Universidade Pública Brasileira é possível afirmar que, como aparelho ideológico do Estado, é marcada pela luta de classes e constituiu-se num espaço de conflitos ideológicos em que convivem as posições políticas mais diversas. É uma instituição que vive numa situação de ambiguidade, pois, se por um lado tem como função a formação da elite intelectual burguesa e a reprodução de uma estrutura de poder mais conservadora, por outro existem no seu interior grupos de docentes, discentes e funcionários comprometidos com a defesa dos interesses da classe trabalhadora e com a formação de uma nova elite intelectual vinculada a esta classe.

A análise histórica sobre a política para a Educação Superior apontou que, se durante muito tempo os docentes apresentaram uma postura quase débil em prol de mudanças na estrutura social, a

partir do surgimento do Movimento Docente, no final da década de 70, estes têm constituído-se em importantes interlocutores nas negociações com a burocracia estatal para a definição das políticas universitárias no país.

O quarto capítulo tem como objetivo analisar a atuação do Movimento Docente na definição de políticas para a UFPA, no período de 1979 a 1994. Este capítulo foi desenvolvido com base, principalmente, na análise das entrevistas realizadas. Damos destaque ao processo de democratização e suas implicações na disputa de poder na Universidade, discutimos as relações internas da ADUFPA e as (des)articulações com as outras forças sociais organizadas na UFPA, e finalizamos com uma análise global da greve dando ênfase para a questão político-ideológica, à medida que estas têm sido utilizadas como instrumento de resistência às políticas desenvolvidas pelos Governos Brasileiros para as Universidades Públicas Federais.

Concluimos que, historicamente, as lutas travadas pelo Movimento Docente não se restringiram ao aspecto corporativista, embora tenham sido as questões salariais e de carreira que movimentaram a maioria dos docentes no sentido de construir greves fortes e movimentos de massa. O MD teve um papel fundamental na luta pela democracia da sociedade brasileira. Organizaram-se e criaram sindicatos locais e, ao mesmo tempo em que reivindicavam condições dignas de salários, discutiam um projeto político para a Universidade Brasileira. Ao transformar-se em Sindicato Nacional, a ANDES assumiu a luta para a construção de uma nova cidadania, a dos trabalhadores, que passa pela ampliação dos direitos econômicos, pela reconstrução e redefinição das instituições, dimensionando novos conteúdos sociais, explicitados em defesa de direitos básicos, como saúde e educação.

Nesse sentido, Florestan Fernandes (1990) faz a seguinte avaliação:

Entidades como a APEOESP e a ANDES já nasceram e cresceram fora e acima das circularidades do paternalismo, do clientelismo e da inibição moral mal compreendida. Compuseram-se como formas de auto-organização coletiva dos professores, que cobraram da sociedade civil e do Estado o direito (e o dever) de falar grosso nas questões de níveis salariais, das condições de organização e funcionamento das escolas, do combate à ditadura e da defesa concomitante das liberdades civis e políticas, da democracia como governo e estilo de vida, etc. (p. 75).

Assim, dentre as ações desenvolvidas pelo MD, destacamos: a participação efetiva na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, na “marchas da diretas-já” e pela instalação da Assembleia Constituinte; a resistência ao projeto de transformação das Universidades Federais Autárquicas em fundações; a conquista da atual carreira; a luta pela democratização da Universidade com a eleição direta de seus dirigentes, a começar pelo reitor; a rejeição do projeto Grupo Executivo para Reformulação do Ensino Superior (GERES) e dos outros projetos apresentados pelo Governo Federal que pretendiam dividir

a Universidade em duas: uma dedicada à pesquisa (centros de excelência) e outra dedicada ao ensino (escolão de terceiro grau), situações vivenciadas até hoje.

No que diz respeito à luta pela democratização da Universidade Federal do Pará, esta constituiu-se num processo dialético de avanços e recuos. Representou um avanço porque conquistou espaços democráticos nas esferas de poder da Universidade, através das eleições diretas para todos os cargos administrativos. Contraditoriamente constituiu-se, também, num retrocesso, à medida que foi desenvolvida, no interior da Universidade, uma prática eleitoral burguesa, baseada no fisiologismo e no clientelismo, o que provocou divisões internas entre os segmentos da comunidade universitária. Isto transformou a Universidade numa arena para exercício do poder, distorcendo radicalmente o sentido da Universidade enquanto espaço público de produção e difusão do conhecimento.

Em se tratando da relação da ADUFPA com a Reitoria da UFPA, o estudo apontou que apesar das diferentes concepções político-ideológicas presentes nas diretorias da ADUFPA, desde a sua origem, independentemente do grupo político que esteve à frente da direção da entidade, elas têm mantido uma relação autônoma e na maioria das vezes conflituosa com a administração Superior da UFPA. As divergências com a Reitoria foram estendidas para o interior do Movimento Docente, contribuindo para o acirramento dos conflitos entre os grupos que disputavam o poder. O grupo que assumiu o poder na administração superior da Universidade possuía interesses divergentes e antagônicos em relação aos que assumiram o poder na ADUFPA. Diversos foram os momentos de agravamento das tensões entre as diretorias da ADUFPA e a Reitoria. Destacamos a questão da incorporação da URP (26,05%); a defesa pela Reitoria da “Proposta de uma Nova Política para o Ensino Superior”, do Governo Collor, conhecida como PEC-56B, e o projeto de interiorização da Universidade Federal do Pará. Concluímos que o conflito existente entre as diretorias da ADUFPA e a Reitoria é originado por concepções diferentes de Universidade. Além do embate entre projetos, está, também, implícita uma disputa de poder que acabou interferindo no relacionamento da ADUFPA com a Associação dos Servidores da UFPA (ASUFPA), hoje, SINTUFPA.

Sobre as (des)articulações com funcionários e estudantes, podemos afirmar que, de acordo com o depoimento dos entrevistados, houve momentos em que a ADUFPA fez alianças conjunturais com o Diretorio Central dos Estudantes (DCE) e com a ASUFPA. Entretanto, a relação com esses segmentos tem sido difícil, chegando mesmo em algumas ocasiões a ocorrerem conflitos políticos, principalmente com a ASUFPA/SINTUFPA. Essa situação provocou o rompimento das relações entre eles.

A situação de conflito gerada entre as duas entidades sindicais fortaleceu a divisão da classe trabalhadora no interior da Universidade. Essa divisão contribui para o enfraquecimento de suas lutas em defesa de uma Universidade democrática, uma vez que as relações passam a ser de enfrentamento,

como ficou evidenciado nos momentos de greve, quando as duas entidades não conseguiram conduzir o processo conjuntamente.

As (des)articulações entre o Movimento dos Estudantes e o dos Docentes se efetivaram principalmente na defesa pela democracia da Universidade. Ao mesmo tempo que se articulavam na luta pelo processo democrático, contraditoriamente, os encaminhamentos tirados para definir os critérios das eleições se confrontavam, pois os estudantes desde o início defendiam voto universal, enquanto os docentes deliberavam em suas assembléias pelo voto proporcional. Isso criava atrito entre os dois Movimentos, embora não afetando a relação cotidiana entre eles.

Concluimos que os segmentos organizados, no interior da UFPA, estabelecem relações complexas e contraditórias que acabam contribuindo para a consagração e reprodução da hegemonia da fração de classe que detém o poder na Universidade, pois, segundo Poulantzas (1985)

Os aparelhos de Estado consagram e reproduzem a hegemonia ao estabelecer um jogo (variável) de compromissos provisórios entre o bloco no poder e determinadas classes dominadas. Os aparelhos de Estado organizam-unificam o bloco do poder ao desorganizar-dividir continuamente as classes dominadas, polarizando-as para o bloco no poder e ao curto-circuitar suas organizações políticas específicas (p. 163).

O MD, em dinâmica interna, é permeado por contradições, dada a sua “composição social” heterogênea, o que gera divergência entre os docentes. É possível afirmar que existe na composição dos docentes da UFPA dois grupos distintos de intelectuais, que se confrontam permanentemente, no interior da Universidade. As divergências do Movimento Docente são de natureza político-ideológica, mostrando a diversidade da categoria docente. Esse fator dificulta a formação de uma unidade de classe e a identificação dos docentes como classe trabalhadora. Isto prejudicou o encaminhamento para ampliação de alianças como os servidores, estudantes da Universidade e outros setores da sociedade civil, fragilizando o Movimento e impedindo o avanço do enfrentamento das lutas maiores.

Os Governos Brasileiros têm, sucessivamente, procurado desenvolver uma política autoritária e centralizada para o Ensino Superior, que se contrapõe aos objetivos do Movimento Docente, provocando uma situação de conflito político-ideológico permanente. A cada investida do Governo contra a Universidade Pública, os docentes resistem, organizando diferentes forma de mobilização, como a produção de documentos, denunciando o interesse do Governo em destruir a Universidade Pública; pressões no Congresso Nacional, evitando que projetos privatizantes sejam aprovados; realizações de atos públicos para esclarecer a população sobre as intenções do Governo; e, como recurso extremo, a utilização da greve. Esta, entretanto, acabou deixando de ser uma excepcionalidade para transformar-se numa rotina na vida das Universidades Públicas Federais, devido à indiferença e a insensatez do Governo Federal. Tal situação produz preocupação nas lideranças do MD à medida

que não querem passar à história como pessoas que só fazem greve. Ao contrário, as lições de greve ensejam estímulo ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Assim, no período definido para o estudo, de 1979 a 1994, foram realizadas 10 (dez) greves nacionais nas Universidades Públicas Federais, com algumas diferenças dos eixos fundamentais de pauta priorizados pelo Movimento. A única greve nacional da qual os docentes da UFPA não participaram efetivamente foi a de 1985, porque foi uma greve específica das Universidades-fundações.

Tendo em vista os limites do presente estudo, não fizemos uma análise exaustiva das alianças e enfrentamentos em todas estas greves. Procurando desenvolver uma análise global de todas as greves, dando destaque para a questão político-ideológica, à medida que essas greves têm sido utilizadas como instrumento de resistência, conseguindo se contrapor ao projeto político de manutenção da hegemonia estatal dominante, viabilizada pelo MEC.

Elaboramos um quadro geral das greves nacionais, destacando os antecedentes, ou seja, as medidas adotadas pelo Governo para o Ensino Superior, bem como as ações do MD que contribuíram para a deflagração das greves; as principais reivindicações de cada greve; os atores envolvidos, compreendendo a adesão das ADs e os resultados do Movimento para a categoria. Para elaborar esse quadro utilizamos fontes documentais existentes nos arquivos da ADUFPA, tais como: livro de atas, boletins, jornais, informativos e cadernos de teses dos Congressos e dos CONADs da ANDES. Em seguida, fizemos uma reflexão sobre os rituais de preparação do Movimento Grevista, a dinâmica das greves e suas consequências para a definição das políticas para as Universidades Públicas Federais, tendo como referência o cotidiano das greves na Universidade Federal do Pará e as entrevistas realizadas com os dirigentes do Movimento Docente Local.

Ao analisarmos as greves organizadas pelo MD, constatamos que, apesar de terem como eixo central de luta a questão salarial e a carreira docente, sempre houve, por parte do Movimento Docente, uma preocupação em enfatizar questões gerais da política educacional. Assim, nas pautas de reivindicações apresentadas ao Governo Federal/MEC estão sempre presentes questões como: mais verba para educação, reestruturação da Universidade com base na proposta da ANDES, defesa do ensino público e gratuito, mais verba de outros custeios e capital (OCC) para as IFES, autonomia e democratização com escolha dos dirigentes das IFES por processo de eleições diretas e democráticas. O quadro geral das greves revela, também, que estas sempre são precedidas por políticas de arrocho salarial e pela apresentação sistemática de propostas de desmantelamento do serviço público no país e de privatização das Universidades Federais.

Avaliando as conquistas das greves, a maioria dos docentes entrevistados apontaram como as mais relevantes os ganhos salariais, a conquista da carreira docente, a questão da incorporação dos colaboradores, mais verbas para as Universidades e manutenção da gratuidade do ensino nas IFES.

O estudo sobre as greves nas IFES apontou que elas têm se constituído num importante instrumento de luta do Movimento Docente frente à Razão do Estado, à medida que o MD vem, insistentemente, resistindo às investidas de implantação de uma política educacional privatista para o Ensino Superior. A resistência do MD, materializada através das greves, tem sido o maior obstáculo para que o governo avance ainda mais na privatização das Universidades Públicas e, ao mesmo tempo, tem consolidado a ANDES-SN como importante sujeito coletivo no jogo das políticas educacionais para o Ensino Superior no país.

Ao incluir em suas reivindicações a defesa de um projeto “novo” de Universidade, por meio da “Proposta da ANDES e das ADs para a Universidade Brasileira”, elaborado coletivamente e que se opõe ao da elite dominante, o MD procura romper com as velhas concepções de mundo, ao mesmo tempo que tenta superar as simples reivindicações econômicas.

Recorrendo a Gramsci, diríamos que o Movimento Docente, alimentado por greves cíclicas, realizadas a cada um ano e meio ou dois anos, onde não se cansa de “repetir sempre os próprios argumentos”, tem procurado romper com as “velhas concepções de mundo”.

As greves dos docentes das IFES tem se caracterizado pela longa duração, pela ampla abrangência (são nacionais) e pelas negociações demoradas e difíceis. Essas greves longas e constantes têm contribuído para o descrédito do Movimento, tanto no interior da Universidade como externamente, na sociedade civil. Por outro lado, o Estado continua não estabelecendo negociações com os Movimentos Sindicais do Setor Público.

As duas últimas greves analisadas (1993 e 1994), realizadas em conjuntos com os demais Servidores Públicos Federais (SPFs), foram as que representaram os resultados mais negativos, demonstrando que, enquanto instrumento de luta, já não conseguem pressionar o Governo como antes, devido à mudança da conjuntura política e histórica.

Hoje temos governos ditatoriais e legitimados pelo voto popular, diferentemente dos governos ditatoriais instalados de forma autoritária. Essa legitimidade do Governo tem fortalecido a sua ação, apoiado pela mídia, em “convencer da validade” dos argumentos para execução do projeto de “Universidade Modernizada”. Este se orienta pelas exigências do capital, impostas pelos organismos internacionais com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). De acordo com a proposta do Governo, as Universidades seriam transformadas em “organizações sociais” de direito privado, devendo ser gerenciadas pela lógica do mercado, o que configura a privatização do Ensino Superior Público. Essa proposta começou a ser efetivada pelo governador do

Estado do Tocantins que, de forma autoritária, baixou uma Medida Provisória extinguindo a Universidade de Tocantins, transformando-a em Fundação de Direito Privado.

Considerações finais

A Universidade tem sido palco de debates de projetos antagônicos, vivenciando uma “guerra de posições” da qual poderá emergir, segundo Gramsci, uma crise hegemônica. De um lado, o Governo Federal (fala do poder) tenta implantar um projeto de Universidade Escolarizada dentro da ótica e da lógica do capital.

Contrapondo-se a tal projeto, tem-se o Movimento Docente (fala do contra-poder), que defende um outro projeto, no qual a Universidade se constitui numa instituição social de interesse público, responsável pela produção e difusão de conhecimento científico que possibilita as massas a construção de uma nova hegemonia.

Apesar das vitórias que o Movimento Docente conquistou ao longo dos quinze anos de atuação, as Universidades Brasileiras vivem uma situação cada vez mais difícil. A redução drástica de verbas para as IFES estão contribuindo para a falência do Ensino Superior Público no país. Além disso, o Governo Federal vem implementando uma série de medidas provisórias e projetos fragmentários para a Educação Superior, que fazem parte da “reforma do Estado”. Dentre estas, recentemente foi implementado o exame final de curso, conhecido como “provão”, que não passa de uma concepção fragmentada e contraditória de avaliação, que tem como objetivo exercer o controle sobre as Universidades, já que deverá ser utilizado para definir uma política de financiamento para as universidades, acabando com sua “autonomia”.

Essa “reforma do Estado” segue os ditames do Banco Mundial, que defende a “minimização” do Estado, desobrigando-o da prestação dos serviços essenciais para a população. Esse processo, conhecido como privatização, insere-se no programa de ajuste neoliberal, pretendido pelos grupos dominantes internacionais. Estes, em defesa da “flexibilização”, empenham-se em derrubar os trabalhadores organizados. Para tanto, procuram suprir direitos trabalhistas, arduamente conquistados, investindo contra o Movimento Sindical visando ao seu desmantelamento.

Nesse sentido, atacam os servidores públicos, acusando-os, pejorativamente, de “privilegiados” por terem conquistados, após longas lutas, a estabilidade no emprego e a aposentadoria integral. A pretensão do Governo é a aniquilação dos serviços públicos, começando pelo controle ideológico da fome, uma vez que há mais de mil dias não há aumento salarial, em nome do “Plano Real”.

O desafio para o Movimento Docente organizado nas Universidades está posto. Apesar das dificuldades atuais de participação dos docentes nas atividades organizadas pelas ADs e de refluxo do Movimento, é necessário mais do que nunca, construir/reconstruir a resistência da comunidade universitária em face das políticas do Governo para destruição da Universidade Pública.

É preciso assumir a vontade coletiva, a perspectiva classista, e enfrentar os entraves internos. É importante estabelecer pontos comuns entre os Movimentos organizados no interior das Universidades e entre os trabalhadores de sociedade civil organizada para combater, de forma efetiva, o projeto neoliberal de reestruturação da ordem capitalista mundial.

Evidentemente que este trabalho não teve a pretensão de esgotar o assunto (e nem poderia dada a dinâmica do próprio objeto estudo), mas sim, contribuir para estudos no campo da política educacional, em novos debates sobre os problemas relativos à definição das políticas para o Ensino Superior Brasileiro.

Nossa perspectiva é que, apesar dos limites, este estudo possa inspirar outras pesquisa de aprofundamento dos estudo sobre os Movimentos Sindicais organizados no campo da educação, para que o conhecimento produzido enriqueça o acervo científico da comunidade intelectual, fornecendo alguns esclarecimentos necessários aos responsáveis pelas tomadas de decisões sobre as políticas educacionais para o Ensino Superior no país, uma vez que estamos vivendo a sociedade do conhecimento.

Referências

ABRAMO, P. O professor, a organização corporativa e a ação política. *In*: CATANI, D. B. (org). **Universidade, escola e formação de professores**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ADUFPA. **Livro de atas. 1979-1986**. Belém: ADUFPA.

ADUFPA. **Boletim**. dez, 1994.

ADUFRGS. **Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS**. 1ª ed. Porto Alegre: Ed. L&PM, 1979.

ADUSP. **O livro negro da USP: o controle ideológico na universidade**. 2ª ed. São Paulo: ADUSP, 1979.

ALVIM, G. **Autonomia universitária e confessionalidade**. Piracicaba: Unimep, 1993.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, E.; GENTILI, P. **Pós-Neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDES. Proposta das Associações de docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira. **Caderno ANDES**, Brasília, n. 2, 1986.

ANDES. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano I, n. 1, 1991.

BALDIJÃO, C. E. M. Os desafios do movimento docente nos dez anos da ANDES – Sindicato Nacional. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. I, n.1, 1991, p. 7-11.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BELLONI, I. Função da Universidade: notas para reflexão. *In*: HOUAISS, A. *et al.* **Universidade e Educação**. Campinas: Papyrus/CEDES; São Paulo: ANDE/ANPED, 1992.

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CÂMARA, A. da S. Crise do novo sindicalismo: Andes e os impasses na era da reestruturação capitalista. *In*: **I Congresso Nacional de Educação**. Belo Horizonte, 1996.

CARDOSO, M. L. Avaliação da Universidade: concepções e perspectivas. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano I, n. 1, 1991, p. 14-24.

CARNOY, M.; LEVIN, H. **Escola e trabalho no estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 1987.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 3ª ed. São Paulo: Ed. Moderna, 1982.

COELHO, P. R. **Sindicalismo na universidade**: um estudo do movimento docente. 1ª ed. Santa Maria: SEDUFMS/ANDES-SN, 1996.

COGGIOLA, O.; KATZ, C. **Neoliberalismo ou crise do capital?**. 1ª ed. São Paulo: Xamã, 1995.

CUNHA, L. A. **A Universidade temporã**: o Ensino Superior da colônia à era Vargas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, L. A. **A Universidade reformada** – o golpe de 1964 e a modernização do Ensino Superior. 1ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, L. A. **Qual Universidade?**. 1ª ed. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1989a.

CUNHA, L. A. **A Universidade Crítica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989b.

CUNHA, L. A. (org). **Escola pública, escola particular e a democratização do ensino**. 3ª ed. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1989c.

CUNHA, L. A.; GÓES, M. de. **O Golpe na educação**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989d.

CUNHA, L. A.; VELLOSO, J. A Universidade Pública e a Política do MEC para o Ensino Superior. *In*: VELLOSO, J. (org). **Universidade pública, política, desempenho, perspectivas**. 1ª ed. Campinas: Papyrus, 1991.

DRAIBE, S. M. Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. *In*: Instituto de Planejamento Econômico e Social. **As políticas sociais brasileiras: diagnóstico e perspectivas**. 1ª ed. Brasília: IPEA/INPES, 1990, p. 1-66.

FÁVERO, M. de L. **A Universidade brasileira em busca de identidade**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

FÁVERO, M. de L. **Universidade & poder**. Análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45. 1ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FÁVERO, M. de L. (org). **A Universidade em questão**. 1ª ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1989.

FÁVERO, M. de L. **Da Universidade “modernizada” à universidade disciplinada**: Atcon e Meira Matos. 1ª ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991.

FÁVERO, M. de L. **A UNE em tempos de autoritarismo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

FONSECA, D. M. **O Pensamento privatista em educação**. 1ª ed. Campinas: Papyrus, 1992.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988a.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988b.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal/lógica dialética**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LYRA, R. P. **Universidade e movimento docente**. 1ª ed. João Pessoa: UFPB/FUNAPE, 1982.

LIGHT, M. C. C. **Convencer vencer**: a dimensão pedagógica do movimento docente na UFPE. 1ª ed. Recife: ADUFEPE, 1989.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **A Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 1ª ed. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

MACIEL, O. de O. Trabalhando a luta construindo (A) história (1). **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. I, n. 1, 1991, p. 68-75, 1991.

- MARX, K.; M ENGELS, F. **A Ideologia alemã (Feuerbach)**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MAZZILLI, S. **Ensino, pesquisa e extensão: uma associação contraditória**. 1996. 204 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1996.
- MEDEIROS, M. C. As eleições na UFPA. **Cadernos ADUFPA**. Belém, n. 4, p. 9-11, 1989.
- MELLO, G. N. de. **Magistério de 1º grau: da competência técnica ao compromisso político**. São Paulo: Cortez, 1982.
- NETO, N. L. **Condições de sobrevivência das universidades federais**. Universidade e Educação. Campinas: Papyrus/CEDES; São Paulo: Cortez, 1982.
- NETO, N. L. A greve como um instrumento de luta? Debates da greve de/93. **Caderno ADUFPR-SSIND**, Curitiba, n. 4, 1993.
- NÚÑES, I. P. Sindicatos de maestros, Estados y políticas educacionales en América Latina. *In*: FRANCO, M. L.; ZIBAS, D. (orgs). **Final do século: desafios da educação na América Latina**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 1990, p. 39-59.
- PIRES, C. **Razão de Estado e Razão de Educação**. Textos para debate. Belém: UFPA, 1994.
- PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- POULANTZAS, N. **O estado, o poder, o socialismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- RANIERI, N. **Autonomia Universitária**. 1ª ed. São Paulo: EDUSP, 1994.
- SADER, E.; GENTILI, P. **Pós-Neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SALOMON, D. **Boletim ADUFPA**, ano I, n. 3, 1992.
- SAVIANI, D. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. 4ª ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1987.
- SCHWARTZMAN, S.; DURHAM, E. (orgs). **Avaliação do ensino superior**. 1ª ed. São Paulo: EDUSP, 1992.
- SOUZA, A. N. de. **Sou professor, sim senhor!** 1ª ed. Campinas: Papyrus, 1996.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- VÉDRINE, H. **As Filosofias da história: decadência ou crise?** 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- VELLOSO, J. (org). **Universidade pública: política, desempenho, perspectivas**. 1ª ed. Campinas: Papyrus, 1991.

VELLOSO, J. Políticas do MEC e recursos para o ensino do governo Collor. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 42, 1993.

VIEIRA, S. L. **O (Dis)curso de (re)forma universitária**. 1ª ed. Fortaleza: UFC, 1982.

VIEIRA, S. L. **Universidade Federal nos anos 80**: o jogo da política educacional. 1990. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.

VIEIRA, S. L. A Universidade Federal em tempos sombrios. *In*: HOUAISS, A. *et al.* **Universidade e Educação**. Campinas: Papirus/CEDES; São Paulo: ANDE/ANPED, 1992.